

### 3. AS MODALIDADES DO DISCURSO

3.1. Na estruturação do discurso, a relação entre enunciados é freqüentemente projetada a partir de certas relações de modalidade, donde se depreende a sua importância pragmática. Também para a análise de textos argumentativos é importante conhecer as leis que presidem à oposição e às relações entre conceitos.

Partindo da questão das diversas possibilidades de lexicalização de uma mesma modalidade<sup>1</sup>, como:

- (1) É possível que o dólar caia esta semana.
- (2) O dólar pode cair esta semana.
- (3) Provavelmente o dólar cairá esta semana.
- (4) O dólar deve cair esta semana.

e de diferentes modalidades veiculadas por meio de um mesmo item lexical<sup>2</sup>, como:

- (5) Paulo pode levantar este embrulho sem esforço.
- (6) Paulo pode ir ao cinema hoje, eu lhe dei minha permissão.
- (7) Cuidado, esta jarra pode cair!
- (8) Os inimigos podiam ser uns cem.
- (9) O pai pode castigar os filhos desobedientes.

várias hipóteses têm sido levantadas, adotando-se pontos de vista diferentes: hipóteses sintáticas, como as de Ross (1969), de Jackendoff (1972), de Dubois (1969); semânticas, como as descrições performativo-semântica de Horn (1972) e sintático-semântica de Calbert (1971); pragmáticas, como as hipóteses performativas de Boyd-Thorne (1969), Lakoff (1972) e Parret (1976).

Neste trabalho, a questão é enfocada sob o ponto de vista da pragmática linguística, deixando-se, portanto, de examinar

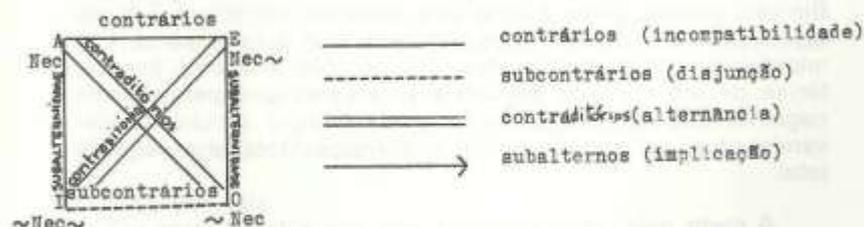
as hipóteses puramente sintáticas e/ou semânticas, inclusive as supracitadas.

Assim sendo, consideram-se as modalidades como parte da atividade ilocucionária, já que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz: elas constituem, segundo Parret (1976), atos ilocucionários constitutivos da significação dos enunciados, sendo motivadas pelo jogo da produção e do reconhecimento das intenções do falante e, como os demais atos de linguagem, classificáveis e convencionalizadas.

Postula-se, também, para as modalidades, de acordo com Guimarães (1976) e (1979), um caráter ilocucionário argumentativo.

3.2. As modalidades tradicionalmente reconhecidas — as **aléticas**, **ontológicas** ou **aristotélicas** — referem-se ao eixo da existência, ou seja, determinam o valor de verdade de proposições. São, pois, extensionalmente motivadas, por dizerem respeito à verdade de estado de coisas.

Aristóteles já havia advertido que os enunciados de uma ciência nem sempre são simplesmente verdadeiros já que, muitas vezes, se formulam como **necessariamente** verdadeiros ou como **possivelmente** verdadeiros. Assim, a **possibilidade** e a **necessidade** modificam o sentido da simples verdade e, como estão intimamente relacionadas entre si, podem ser definidas uma a partir da outra, com ajuda da negação. Como existem duas formas de negação — a **interna**, que nega a proposição, e a **externa**, que nega o operador modal, obtêm-se o clássico quadrado lógico:



No quadrado, a linha horizontal superior representa a relação de contrariedade; a inferior, a subcontrariedade; as diagonais, a contradição, e as verticais, a subalternação.

Duas proposições são **contrárias** ( $Np$  e  $N\sim p$ ) quando é possível que ambas sejam falsas, não podendo, porém, ser ambas verdadeiras. É o caso do **necessário** e do **impossível**.

Duas proposições são **contraditórias** ( $Np$  e  $M\sim p$ ;  $N\sim p$  e  $Mp$ ) quando, sendo uma delas falsa, a outra será verdadeira e vice-versa. São contraditórios o **necessário** e o **contingente**, o **impossível** e o **possível**.

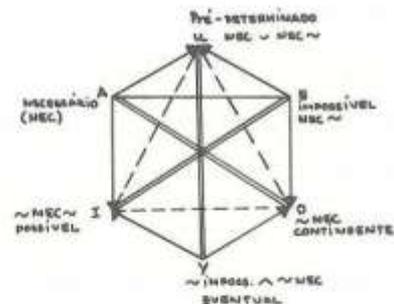
Dizem-se **subcontrárias** ( $Mp$  e  $M\sim p$ ) duas proposições, quando podem ser ambas verdadeiras, não podendo ser ambas falsas. É o caso do **possível** e do **contingente**.

Há **subalternância** entre as proposições colocadas nos vértices superiores (subalternantes) e as colocadas nos vértices inferiores (subalternas); a) da verdade da subalternante se infere a verdade da subalterna; b) da falsidade da subalterna pode ser deduzida a falsidade da subalternante; c) a falsidade da subalternante deixa indefinida a verdade ou falsidade da subalterna; d) a verdade da subalterna deixa indefinida a verdade ou falsidade da subalternante.

3.2.1. O quadrado lógico, assim constituído, tem recebido algumas críticas. Entre elas, salientemos a de Blanché (1969), cujo trabalho serve de base a este artigo.

Diz este que, embora o sistema seja coerente, ele se apresenta pouco satisfatório: em primeiro lugar, desde que não se queira violentar os usos da língua, é preciso admitir que o termo possível é usado, muitas vezes, para exprimir o que pode ser ou pode não ser, isto é, nem necessário nem impossível, o mesmo acontecendo com relação ao termo contingente. Assim sendo, as quatro modalidades aristotélicas seriam, na verdade, três, tendo uma delas um duplo nome. Por esta razão, Blanché postula como básica uma estrutura ternária A-E-Y, ou seja, a triade dos contrários, em que A é o necessário, E o impossível, e Y o termo **neutro**, que se opõe a ambos, por tratar-se de um conceito parcialmente afirmativo e parcialmente negativo, que rejeita igualmente a totalidade e a nulidade, devendo situar-se, portanto, entre a afirmação total e a negação total.

A partir de lá, estabelece a triade dos subcontrários I-O-U, chegando, assim, ao hexágono lógico:



- contrários (incompatibilidade)
- - - - - subcontrários (disjunção)
- ===== contraditórios (alternância)
- ===== subalternos (implicação)

3.2.2. O hexágono de Blanché tem a vantagem de permitir a passagem das modalidades aléticas para sistemas análogos<sup>3</sup>, os dos modais epistêmicos e deonticos, permitindo estabelecer, também, uma relação com os quantificadores e o sistema dos valores (axiológicos)<sup>4</sup>.

3.2.2.1. As modalidades **epistêmicas** referem-se ao eixo da crença, reportando-se ao conhecimento que temos de um estado de coisas. Sua distribuição no hexágono é a seguinte:

- A: certo, estabelecido (verificado)
- E: excluído (desmentido)
- U: decidido
- I: plausível
- O: contestável
- Y: indeciso, não decidido (nem estabelecido, nem excluído)

3.2.2.2. As modalidades deonticas referem-se ao eixo da conduta, isto é, à linguagem das normas, àquilo que se deve fazer, apresentando a seguinte distribuição no hexágono:

A: obrigatório

E: proibido

U: ordenado (imperativo)

I: permitido

O: facultativo

Y: indiferente (nem obrigatório, nem proibido)

O ponto U (= A e E) é o domínio do Imperativo, das leis. O ponto Y (= nem A, nem E; I e O) é o domínio da indiferença e, portanto, do livre arbítrio.

Passa-se, em seguida, aos julgamentos de valor, ou seja, às noções do bom ou do bem: valores morais (bem e mal), valores técnicos (bom para, isto é, útil; mau para, isto é, nocivo), valores afetivos (agradável, desagradável).

### 3.2.2.3. Valores morais

A: moral

E: imoral

U: Moral (que admite qualificação moral)

Y: amoral

○ não há palavras na língua para simbolizar esses pontos. De maneira bastante imperfeita, poderiam ser representados pelos termos "preferível" e "evitável" dos estóicos.

### 3.2.2.4. Valores técnicos

A: útil, benéfico

E: nocivo

U: ativo

I: inofensivo

O: ineficaz

Y: inativo

### 3.2.2.5. Valores afetivos

A: prazer (agradável)

E: dor (penoso)

U: que provoca prazer ou dor

I: \_\_\_\_\_

O: \_\_\_\_\_

Y: \_\_\_\_\_

Os únicos termos claramente definidos são os dos pontos A e E, podendo Y ser simbolizado pelo vocábulo "coringa" indiferente.

Blanché ressalta que, no caso dos conceitos práticos (aqueles que dizem respeito à ação), o que encontramos são estruturas análogas, que se organizam quer em tríades de contrários, quer em tétrades que se adaptam ao quadrado lógico, como simplificação do sistema hexagonal. A possibilidade desta correspondência com as categorias aléticas deve-se ao fato de o conceito de obrigação, conceito prático fundamental, ser uma forma de necessidade. Observa, porém, que, no campo dos conceitos aparentados às noções do bem ou do bom, a linguagem usual apresenta lacunas e imprecisões, o que não deve, no entanto, servir de empecilho para organizá-los em uma estrutura como a que propõe. As lacunas acentuam-se no que diz respeito às posições I e O, havendo geralmente um termo neutro que pode ser descrito ao ponto U. Isto não significa que faltem os conceitos correspondentes, mas apenas que eles não são suficientemente usuais para que se sinta a necessidade de lhes dar uma denominação. O problema aumenta em relação aos valores técnicos, que conhecem os dois contrários — o bom (A) e o mau (E) — não existindo um termo exato para designar o terceiro contrário (Y), nem bom, nem mau (um termo possível seria **mediocre** que, porém, possui uma conotação negativa). Mas é preciso ressaltar, a bem da verdade, que a estrutura oposicional, quer seja triádica, tetrádica ou hexádica, não se adapta bem ao pensamento tecnicista

— que se acomoda melhor à estrutura linear, por escala graduada, o que ocorre também no caso das qualidades: aqui, é o mais ou menos que se impõe. As denominações que sugere referem-se a certas técnicas que possuem vocabulário específico, como o caso do valor de um remédio. Já os valores afetivos são, por excelência, o campo da oposição bipolar, dos pares de conceitos contrastantes: o prazer e a dor, o agradável e o penoso. Entre ambos, há o ponto teórico de equilíbrio, a neutralidade afetiva que se poderia chamar de indiferença, reconstituindo, assim, a tríade dos contrários, ainda que isto se faça apenas para invocar o seu papel de eixo de simetria (Y). Enquanto os modos aléticos se referem aos objetos do pensamento e os epistêmicos, ao próprio pensamento, os modos deonticos e axiológicos referem-se a conceitos que constituem como que a sua face subjetiva: disposições do sentimento, no caso dos valores, disposições normativas, no caso dos imperativos. Estas duas famílias organizam-se numa estrutura tetrádica irregular, assemelhando-se a uma cruz latina (já que lhes faltam denominações para os pontos I e O).

3.2.2.6. Passa-se, então, ao modo da **vontade**: para os atos de vontade, o vocabulário apresenta-se mais rico e matizado, embora lhe faltem, também, os termos que marcariam os pontos I e O:

A: aceitação

E: recusa

U: resolução, decisão

I: "eu não digo sim"

O: "eu não digo não"

Y: indecisão, irresolução, hesitação

3.2.2.7. Finalmente, no campo dos sentimentos que nos afetam em presença dos valores, tem-se novamente a estrutura em cruz, a que faltam os termos relativos aos pontos I e O, embora se possa reconstituí-los a partir dos radicais latinos utilizados nos demais:

A: filia (amor)

E: fobia (ódio)

U: patia

I: (afobia)

O: (afilia)

Y: apatia

Pode-se concluir, assim, que as estruturas que se apresentam em forma de cruz comprovam a necessidade de se postular a existência dos pontos U e I, negligenciados no quadrado tradicional, já que parecem ser mais importantes, no uso da linguagem, que os pontos I e O do quadrado.

O hexágono permite, ainda, a estruturação do sistema de quantificadores:

A: Todos, tudo

E: Nenhum, nada

U: Tudo ou nada

I: Ao menos alguns, senão todos (muitos)

O: Não todos, eventualmente alguns (poucos)

Y: Alguns (alguns poucos, alguns muitos; alguns sim e alguns não; nem todos, nem algum)

3.2.3. De um modo geral, tem-se considerado como modalidades básicas o **necessário** e o **possível** (cf., p. ex., Benveniste (1974), Geerts e Melis (1976), Guimarães (1976) e outros). Greimas (1976) considera básicas as modalidades do **ser** e do **fazer**. Pottier (1976) dá prioridade a **dever, poder, saber e querer**<sup>5</sup>.

Alexandrescu (1966) ressalta a importância básica dos operadores modais **crer** e **saber**. Começa por assinalar que, se o logicista está interessado no comportamento lógico dos conceitos modais, o lingüista tem, antes, a tendência de integrá-los no processo de comunicação e de ressaltar, entre outros, o fato de que as modalidades, do mesmo modo que os valores, podem ser intercambiadas entre um destinador e um destinatário. Ora, se a modalidade pode acompanhar uma troca de valores, para esclarecer seu caráter necessário, obrigatório, plausível, etc., ou tornar-se ela mesma objeto de troca como valor modal, cabe ao analista a tarefa de precisar o comportamento actancial do locutor de um enunciado modal. A obrigatoriedade e a necessidade de uma proposição (Op ou Np) co-

locam as questões de se saber para quem **p** é obrigatório ou necessário, quem aprecia o valor modal do enunciado **p** e em virtude de que sistemas de normas. Assim, o sujeito da enunciação ocupa uma posição privilegiada, o que leva a concluir que a pesquisa pragmática se impõe por si mesma.

Procurando determinar quais as condições que permitem a um locutor modalizar a enunciação de **p** por meio de operador modal **saber**, observa que, de uma maneira bastante geral, a escolha de uma modalidade por um locutor, para exprimir sua atitude com relação ao enunciado e/ou ao seu receptor, é determinada por, no mínimo, dois (grupos de) critérios: 1) as informações que possui a respeito de **p**; 2) o grau de engajamento com relação a **p** (interesse, preferência, normas sociais, ações precedentes, intenções futuras, etc.).

Passa a mostrar, em seguida, que os operadores **crer** e **saber** ocupam uma posição de destaque com relação às demais modalidades e procura estabelecer a diferenciação entre elas.

Assinala que o valor de verdade de uma proposição **p** determina a validade da modalidade **K** (saber), mas não a da modalidade **B** (crer), podendo, além do mais, o locutor possuir, para proclamar o seu saber ou a sua opinião, razões que nada tenham a ver com a verdade objetiva de suas asserções.

Ressalta, porém, que Kripke (1963) e Hintikka (1962) postulam uma diferença bem marcada entre as duas modalidades que funcionariam no interior de dois sistemas lógicos diferentes. O segundo situa a discussão das modalidades epistêmicas no campo da semântica dos mundos possíveis, de modo que o sentido de uma proposição modalizada é enriquecida pelo fato de ser estudado em vários contextos possíveis, e não apenas no da situação efetiva em que é enunciada. A compatibilidade de um enunciado com o conjunto de proposições verdadeiras é a condição exigida para a formulação de um ato de opinião. Esta condição, contudo, é demasiado fraca para o caso do conhecimento propriamente dito, quando o enunciado em questão deve ser compatível com um conjunto de proposições necessariamente verdadeiras. Assim, as duas modalidades não fazem parte do mesmo sistema lógico e, sim, de sistemas diferentes, não sendo, pois, redutíveis uma à outra.

Tentando integrar a análise semântica de Hintikka numa teoria geral das modalidades e no estudo da enunciação, Alexandrescu postula que as modalidades do **crer** e do **saber** regem todo e qualquer ato de enunciação, já que todo ato de enunciação: a) requer um mínimo de informação da parte do

locutor sobre o estado de coisas designado pelo enunciado; b) deve ser compatível com as outras enunciações do mesmo locutor. Assim sendo, essas duas modalidades estão necessariamente ligadas ao mecanismo de produção de um enunciado ou de um texto, enquanto as demais denotam atitudes facultativas quanto ao enunciado ou ao texto em questão: se uma enunciação de um enunciado **p** qualquer pode ser modalizada por **querer**, **desejar**, **dever**, **poder**, etc., ela implica sempre a existência ou do operador **crer** ou do operador **saber**. A ausência explícita de uma outra modalidade qualquer não significa sua presença implícita, mas os operadores **B** e **K** estão sempre presentes, ainda que não expressos por uma forma lexicalizada, pela entonação, pela linguagem gestual, etc. Propõe, assim, considerá-las um pressuposto geral das outras modalidades.

Justificando o fato de postular o funcionamento de **crer** e **saber** quer no nível do posto, quer no nível do pressuposto, e o das demais modalidades apenas no nível do posto, o autor apresenta o argumento da existência de uma pressuposição unívoca ligando **crer** e **saber** às outras modalidades. Dizer **eu juro que p** ou **eu prometo que p** implica **eu sei que p**, ou ao menos: **eu creio que p**, embora a inversa não seja verdadeira. Admite que **querer** e **desejar** comportam também uma generalidade de pressuposição bastante extensa, mas isto ocorre em outro nível de significação, interessando mais diretamente à psicanálise.

Sustenta, porém, que os enunciados ou textos em que as modalidades do **saber** e do **crer** aparecem explicitamente não são equivalentes aos enunciados ou textos em que estão implícitas. O que sua hipótese sugere é, apenas, que a enunciação de todo e qualquer enunciado contém sempre um operador **B** ou **K**, mesmo que não venha a ser explicitado, simplesmente porque a existência desses operadores é uma condição necessária mas não suficiente do ato de comunicação. A existência implícita desses operadores é mais comum: no caso da sua explicitação, a produção do texto compreende uma operação suplementar de "atualização da modalização implícita e é justamente esta operação que torna perceptível a diferença entre as duas categorias de textos. Se se fossem buscar as razões que levam o locutor a realizar ou não essa operação, poder-se-ia considerar a atualização da modalização como uma situação normal e sua ausência como uma lacuna, uma ocultação, que revelaria um certo interesse do locutor. Deste ponto de vista, seria ilícito afirmar que todo enunciado recebe uma dimensão epistêmica suplementar, a da opinião ou a do **saber**, mas nunca ambas simultaneamente. No entanto, os textos que não apresentam as marcas destas modalidades não são neutros

do ponto de vista epistêmico, podendo sempre ser lidos ou sob o modo da opinião ou sob o modo do saber; há, portanto, duas leituras possíveis, conforme a modalidade julgada dominante na produção do texto, que habitualmente não é percebida, de modo que o texto produzido permanece ambíguo: ou a enunciação pertence a um discurso autoritário (eu sei, portanto é verdade) ou a um discurso de tolerância (eu creio, portanto é possível).

A ocultação da modalidade epistêmica, contudo, deixa sempre um traço: a enunciação aí está, o locutor apenas finge esquecê-la para dar a impressão de que seu ato é neutro, de que ele não manifesta nenhuma atitude com relação a ela, de que o valor de seus enunciados é objetivo. A ocultação modal é acompanhada de uma "retórica do neutro" em que o locutor oculta sua enunciação para melhor convencer por meio de seu enunciado. Além disso, há os casos em que a retórica faz deslizar o enunciado de uma modalidade a outra, do discurso tolerante ou polêmico (ao qual o enunciado deveria pertencer por suas verdades contestáveis) ao discurso autoritário (em que o enunciado não pode mais ser contestado). Isto se aplica, de maneira especial, aos contextos avaliatórios e deonticos, mas também aos demais. Segundo suas relações com o destinatário, o locutor adota uma ou outra modalidade, mas há sempre os casos em que lhe convém mascarar sua hesitação para tornar seu enunciado mais facilmente aceitável pelo interlocutor (ou vice-versa).

Pode-se conceber sem dificuldade um sujeito de enunciação que, a despeito de suas informações insuficientes, inclina-se a dizer **eu sei** que no lugar de **eu creio que**, por um ato de autoridade ou por bravata. É bastante comum o fato de ocultação da modalidade para dar a impressão de um discurso neutro: citem-se, como ex., o discurso didático e o discurso científico...

3.2.4. Esta abordagem das modalidades **crer** e **saber** como um pressuposto geral das demais modalidades, e a aceitação da possibilidade de sua ocultação ("modalização implícita") vem fortalecer a posição de que não existem enunciados neutros e, em decorrência, de que a argumentatividade é uma característica inerente à linguagem humana. É por esta razão que se torna possível postular, de conformidade com Ducrot e Anscombe (1976) que o ato de argumentação constitui o ato lingüístico fundamental, subjacente até mesmo às modalidades do **crer** e do **saber**.

3.3. Considerando-se, como foi dito inicialmente, as modalidades como atos ilocucionários dotados de valor argumen-

tativo, fica clara a importância de seu estudo para uma tipologia dos atos que se podem realizar por seu intermédio.

Uma primeira correspondência poderia ser assinalada entre as três principais modalidades e os três grandes tipos de frase:

imperativas — deontico

interrogativas — epistêmico

assertivas — alético

Essa correspondência, aceitável à primeira vista, apresenta-se, porém, discutível. Recorde-se que Ducrot (1977) considera a asserção como um tipo particular de ato ilocucionário.

Guimarães (1979), por sua vez, sugere as correspondências seguintes, acrescentando outros tipos de modalidades:

obrigação e permissão — mod. imperativa (eu ordeno, eu permito)

necessidade — mod. alética (é necessário)

obrigatoriedade e permissividade — mod. deontica (é obrigatório, é permitido)

afirmação — modalidade assertiva  
probabilidade e certeza — modalidade epistêmica  
possibilidade — modalidade cognitiva

No entanto, para que se tornasse viável estabelecer a exata correspondência das diversas modalidades com os atos de linguagem possíveis, seria preciso que se tivesse uma tipologia exaustiva destes (o que ainda não se concretizou, apesar de valorosa contribuição de Searle (1975), nesse sentido, e dos trabalhos de lingüistas como Vendler (1970), havendo, ainda, a necessidade de se aliar este estudo ao das diversas possibilidades de lexicalização das várias modalidades, o que também foi tentado, entre outros, por Guimarães (1976) e (1979), Pottier (1976), Parret (1976) e Horn (1972).

Além disso, parece indiscutível que, no momento de derivar as modalidades, faz-se preciso recorrer a informações contextuais, isto é, pragmáticas. No eixo alético, verifica-se a verdade ou falsidade do conteúdo de uma proposição (semântica vero-condicional); no eixo epistêmico, revela-se a atitude de conhecimento do locutor, sua manifestação de crença em

relação ao conteúdo veiculado (semântica das atitudes proposicionais); finalmente, no eixo deôntico, revela-se a força ilocucionária (por ex., quem ordena cria obrigações para o outro); tem-se, aí, a semântica dos atos de linguagem.

É preciso, assim, passar de uma teoria semântica das proposições a uma teoria semântico-pragmática das atitudes proposicionais; em outras palavras, de uma teoria do conhecimento do que é o mundo (constatação), a uma teoria da certeza que se tem a respeito das coisas do mundo, para, ao final, chegar-se a uma teoria da ação, que encare a linguagem como atividade, que cria deveres, obrigações para os interlocutores.

No eixo deôntico, já se nos deparam os valores, entre os quais os valores axiológicos. E, à medida que se fala de valores morais, de valores utilitários e técnicos, desliza-se para o afetivo. Dessa maneira, tanto aos modos deônticos quanto aos axiológicos correspondem conceitos que são como que a sua face subjetiva e que dizem respeito às disposições de vontade e às disposições de sentimento. Por essa razão, a expressão de vontade — modalidade deôntica axiológica — está necessariamente ligada a uma teoria da ação.

3.4. O que importa ressaltar é o fato de que, ao produzir um discurso, o locutor manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz através de sucessivos atos ilocucionários de modalização, que se atualizam por meio dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece (operadores modais).

Entre os vários tipos de lexicalização possíveis das modalidades podem-se citar:

- a) performativos explícitos: eu ordeno, eu proíbo, eu permito, etc.
- b) auxiliares modais: poder, dever, querer, precisar, etc.
- c) predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, é provável, etc.
- d) advérbios modalizadores: provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente, etc.
- e) formas verbais perifrásticas: dever, poder, querer, etc. infinitivo.
- f) modos e tempos verbais: imperativo; certos empregos de subjuntivo; uso do futuro do pretérito com valor de

probabilidade, hipótese, notícia não confirmada, uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade, etc.

- g) verbos de atitude proposicional: eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho, etc.
- h) entonação: (que permite, por ex., distinguir uma ordem de um pedido).
- i) operadores argumentativos: pouco, um pouco, quase, até, apenas, mesmo, etc.

Quando um locutor, ao produzir seus enunciados, recorre predominantemente às modalidades que se situam nos vértices superiores do hexágono de Blanché (A, E, U), seja qual for o eixo (alético, epistêmico, deôntico, axiológico), o discurso apresenta-se como autoritário: é o campo da necessidade, da certeza, do imperativo, das normas. O locutor procura manifestar um saber (explícito ou implícito) e obrigar o interlocutor a aderir ao seu discurso, aceitando-o como verdadeiro. Tem-se, aqui, o grau máximo de engajamento do locutor e a intenção de impor ao alocutário os seus argumentos, apresentando-os como incontestáveis (eu sei, portanto, é verdade). Para torná-los mais convincentes, ele utilizará, em larga escala, o recurso à autoridade — fazendo uso de lexicalizações das modalidades A, E, U, do tipo: é certo..., é preciso..., é necessário..., todos sabem..., é impossível..., é proibido..., não pode haver dúvidas..., é dever de todos..., etc.

Por outro lado, o uso das modalidades situadas na parte inferior do hexágono (pontos I, O e Y) permite ao locutor situar o seu discurso no campo da indeterminação, do livre arbítrio, da liberdade. O discurso, apresenta-se, então, como polêmico, predominando nele uma argumentação com base no crer (eu acho, portanto é possível, provável, permitido, facultativo, contingente...). O locutor não impõe (ou finge não impor) a sua opinião, ainda que se trate de mera manobra discursiva, deixando (ou fingindo deixar), assim, ao alocutário a possibilidade de aceitar ou não os argumentos apresentados, de aderir ou não ao discurso que lhe é dirigido.

O recurso às modalidades permite, pois, ao locutor marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento com relação ao que é dito, determinando o grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores; possibilita-lhe, também, deixar claros os tipos de atos que deseja realizar e fornecer ao interlocutor "pistas" quanto às suas intenções; permite,

ainda, introduzir modalizações produzidas por outras "vozes" incorporadas ao seu discurso, isto é, oriundas de enunciadores diferentes<sup>6</sup>; torna possível, enfim, a construção de um "retrato" do evento histórico que é a produção do enunciado.

#### NOTAS

- (1) Esta questão foi abordada, entre outras, por Guimarães (1976) e (1979).
- (2) Com relação às diversas modalidades passíveis de serem lexicalizadas por meio do verbo 'poder', citam-se os trabalhos de Roulet (1980), "modalité et illocution", in *Communications* 32, Ed. du Seuil, 216 e 239 e KOCH (1981); "O verbo poder numa gramática comunicativa do português", in *Cadernos PUC* nº 8: *Arte e Linguagem*, SP, Cortez Ed., 103-113.
- (3) A passagem já havia sido sugerida por Von Wright (1972), embora este preferisse manter, em linhas gerais, o quadrado lógico.
- (4) Apesar de Parret também ter postulado este relacionamento, o sistema de Blanché apresenta-se mais completo.
- (5) Os trabalhos de Geerts e Mella, Greimas, Parret e Alexandrescu encontram-se reunidos na *Revista Langages* 43, de setembro de 1976, especialmente dedicadas às modalidades.
- (6) É a este fenômeno que Ducrot (1980) denomina polifonia.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRESCU, S. (1966). "Sur les modalités croire et savoir": In *Langages* 43, Didier-Larousse, Paris, setembro de 1976, 19-27.
- BENVENISTE, E. (1974). *Problèmes de Linguistique Générale II*. Paris, Galliard.
- BLANCHÉ, R. (1969). *Structures Intellectuelles*. Paris, Livr. J. Urin.
- DUCROT O. e ANSCOMBRE, J. C. (1976). "L'Argumentation dans la langue". In *Langages*, 42, Paris, Didier-Larousse, 5-27.
- DUCROT, O. (1977). "Illocutoire et performatif". In *Linguistique et Sémiologie*, Ly, 17-53.
- (1980). *Les mots du discours*. Paris, Ed. de Minuit.
- GUIMARÃES, E. R. J. (1976). *Da modalidade e auxiliarização verbal em língua portuguesa*. Diss. de Mestrado, F. F. L. C. H. da USP, SP.
- (1979). *Modalidade e argumentação lingüística*. Tese de Doutorado, F. F. L. C. H. da USP, SP.
- PARRET, H. (1976). "La Pragmatique des Modalités". In *Langages* 43, Paris, Didier-Larousse, 47-63.
- POTTIER, B. (1976). "Sur la formulation des modalités em linguistique". In *Langages* 43, Paris, Didier-Larousse, 39-46.
- SEARLE, J. (1975). "A classification of Illocutionary Acts". In Gunderson e Maxwell (eds). *Minnesota Studies in Philosophy of Sciences*, vol. 6.
- VENDLER, Z. (1970). "Les performatifs en perspective". In *Langages* 17, Paris, Didier-Larousse, 73-90.
- VOGT, C. (1980). *Curso: Semântica Argumentativa*, ministrado por ocasião do PILEI (Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Idiomas) realizado na UNICAMP, SP, em janeiro/fevereiro de 1980 (anotações de aula).
- WRIGHT, G. H. Von (1951). "Deontic logic". In *Mind*, 1951, 1-15.